

Jumbo cobre atrasado, mas não evita aperto externo

O presidente do Banco Central, Affonso Pastore, deve chegar amanhã a Brasília para começar a preparar o pagamento de obrigações externas de US\$ 2,5 bilhões que estão atrasados, tão logo consiga receber nos próximos dias e adiantamento de US\$ 3 bilhões prometido pelos bancos estrangeiros, como primeiro desembolso do empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões assinado em Nova Iorque, na sexta-feira, dentro do pacote de US\$ 28 bilhões da rolagem da dívida de 1984.

Mesmo com o pacote, as contas externas do País continuarão tão apertadas que qualquer aumento na taxa internacional de juros — ou problemas com as exportações — poderá obrigar o governo a voltar a pedir mais dinheiro emprestado no segundo semestre. Se isso não acontecer, e tudo correr como esperam as autoridades, em meados do ano os banqueiros e o Fundo Monetário Internacional (FMI) serão convocados a começar a montagem da renegociação da dívida de 1985.

A hipótese de obrigar os credores a aceitarem uma renegociação mais ampla da dívida externa de quase US\$ 100 bilhões — incluindo os pagamentos anuais de US\$ 12 bilhões referentes aos juros e ainda melhores prazos e taxas menores

— está afastada pelo menos temporariamente. Pelos planos oficiais, o governo Figueiredo entregaria o País a seu sucessor, em março do próximo ano, com o problema externo equacionado somente até o final de 1985. Daí em diante, a responsabilidade será do próximo Presidente da República.

As contas preliminares feitas por técnicos do Banco Central prevêem, além do adiantamento de US\$ 3 bilhões, a entrada este ano no País de apenas mais US\$ 5,1 bilhões, provenientes do Fundo Monetário Internacional (Cr\$ 1,6 bilhão) e dos bancos privados internacionais (US\$ 3,5 bilhões). Este dinheiro, a grosso modo, será liberado em quatro parcelas, ao final de fevereiro, maio, agosto e novembro.

Dependendo sempre do cumprimento das metas do "programa de ajustamento" prometido ao FMI, o Banco Central receberá trimestralmente cerca de US\$ 1,3 bilhão (US\$ 400 milhões do Fundo e US\$ 875 milhões dos bancos, dentro do empréstimo-jumbo). Somados ao adiantamento do jumbo nos próximos dias, a entrada destes novos recursos totalizará US\$ 8,1 bilhões. Além de uns US\$ 400 milhões esperados sob forma de investimento estrangeiro no País, entrarão também cerca

de US\$ 9 bilhões líquidos, correspondentes ao superávit previsto na balança comercial.

Deste total de US\$ 17,5 bilhões que ingressarão contabilmente no País (já que quase nada vai para investimentos produtivos), pelas contas do Banco Central deveriam sobrar cerca de US\$ 3 bilhões como saldo positivo no balanço de pagamentos de 1984 — contra o déficit de US\$ 3,3 bilhões no ano passado, por causa do atraso na assinatura do pacote de US\$ 28 bilhões. Isto porque as saídas brutas de dinheiro do País ficarão este ano em torno de US\$ 14,5 bilhões na melhor das hipóteses.

Só de juros o Brasil terá que pagar ao exterior cerca de US\$ 12 bilhões este ano, repetindo 1983, caso não ocorra nenhuma elevação na taxa de juros nos Estados Unidos e na Europa. Queda mesmo ninguém espera, mas o déficit de US\$ 200 bilhões no orçamento norte-americano pode contribuir para alguma alta nas taxas — e para cada ponto percentual que sobe, o Brasil teria que pagar mais uns US\$ 700 milhões, aproximadamente. Incluindo a cobertura de uns US\$ 800 milhões sob a forma de obrigações junto ao FMI, além de outras despesas na balança de serviços, no final do ano o governo espera apresentar reservas externas entre US\$ 1 e US\$ 2 bilhões.